



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Recarga de extintores de incêndio para as escolas de ensino Infantil, Fundamental e prédios pertencentes à Secretaria da Educação do Município de Tauá.

2. DESCRIÇÃO DA NECESIDADE:

A recarga de extintores de incêndio é uma medida necessária e urgente, que proporcionará maior segurança e bem-estar a todos os envolvidos nas atividades escolares e administrativas.

O extintor de incêndio é um equipamento essencial para situações emergenciais de combate a incêndios. Para garantir sua eficácia, é fundamental que a carga seja substituída e que a manutenção de segundo nível seja realizada após o vencimento do prazo de validade, conforme estabelecem as normas vigentes.

O objetivo é assegurar a proteção das pessoas nas diversas dependências das escolas, abrangendo tanto os espaços internos quanto externos, coordenações, diretorias, departamentos e divisões; Espaços pedagógicos e operacionais: salas de aula, secretarias, arquivos e demais áreas vinculadas, existentes ou futuras.

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E VALORES:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTDE	V. UNIT.	V. GLBOAL
01	Recarga para extintor de incêndio pó químico abc, 06 kg, embalagem 1.0 unidade.	UND	250	R\$ 141,41	R\$ 35.352,50

3.1. A definição dos quantitativos é baseada no levantamento feito pela Secretaria da Educação, tendo em vista a necessidade da aquisição dos materiais em questão.

3.2. O valor estimado para este objeto é de R\$ **35.352,50** (trinta e cinco mil trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).

3.3. O valor foi obtido após pesquisas realizadas nos seguintes meios: Setor de Compras.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Trata-se da Contratação de empresa para recarga de extintores de incêndio para as escolas de ensino Infantil, Fundamental e prédios pertencentes à Secretaria da Educação do Município de Tauá, visando maior segurança e bem-estar, a fim de atender as necessidades e garantir o pleno desenvolvimento das tarefas realizadas pela Secretaria.



PREFEITURA DE
TAUÁ

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



4.2. Neste sentido, decidiu-se por invocar o instituto da contratação direta por meio de licitação ou dispensa de licitação para contratação dos serviços almejados e suprir a lacuna existente. Para que a contratação seja bem sucedida e atenda perfeitamente à demanda da Secretaria, a contratada deverá ser capaz de realizar as demandas especificados neste documento, de acordo com as ordens de fornecimento recebidas.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. ROTINA DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL.

5.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

5.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

5.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

5.1.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

5.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

5.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

5.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

5.1.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

5.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim. (IN 5/2017, art. 44, §2º).



PREFEITURA DE
TAUÁ

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



5.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão realizados mediante a apresentação da Nota Fiscal e Fatura correspondente. A Fatura deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pelo Setor competente da Secretaria da Educação, que atestará a execução do objeto contratado.

6.2. Caso o faturamento seja aprovado pela Secretaria da Educação, o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil após o protocolo da fatura pela CONTRATADO (A).

6.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

7.1. A Secretaria da Educação está sendo motivada a invocar o instituto da contratação indireta por meio de licitação pública ou por meio de dispensa de licitação com o intuito de recrutar empresas do ramo do objeto pretendido para suprir a demanda existente. Partindo dessa premissa, entende-se que há duas soluções capazes de atender o objeto, a primeira é a promoção de licitação pública por meio da modalidade pregão, em sua forma eletrônica e a segunda por meio de dispensa de licitação, que dependerá do valor estimado para a contratação a ser levantado pelo setor de compras objetivando a contratação do presente objeto.

8. DOS RECURSOS E DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.

8.1. As despesas em questão serão custeadas pelas Dotações Orçamentárias nº Dotação Orçamentária: 12.361.1002.2.079 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental; nº 12.365.1002.2.080 Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creches; 12.365.1002.2.081 Manutenção das Atividades da Educação Infantil – Pré Escola. Fonte: 1540000000; Elemento de Despesas nº 3.3.90.30.00 Material de Consumo; Sub Elemento nº 28.

9. PERÍODO DE VIGÊNCIA E DE PRORROGAÇÃO CONTRATO:

9.1. O prazo de vigência do contrato a ser celebrado é até 31 de dezembro de 2026, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma estabelecida na Lei 14.133/2021.



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

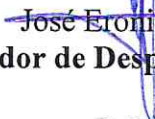
10. DO PRAZO E LOCAL DA ENTREGA OU SERVIÇO

10.1. Os produtos/serviços deverão ser entregues/prestados no local, data e hora definidos pela Secretaria na ordem de compra/serviço.

10.1.1. Local de Entrega/Prestação: Av. Chermont Alves de Oliveira, nº 747, loja 02, bairro Sebastião César Rêgo, Tauá-ceará.

10.1.2. Prazo de Entrega/Execução: 05 (cinco) dias uteis

Tauá/CE, 11 de maio de 2026.


José Eronilson Alexandrino Souza
Ordenador de Despesas da Secretaria da Educação
Tauá – CE
Matrícula: 0002313